



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - EXTRAJUDICIAL

RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO
Comarca/Juízo: BRAGANÇA/PA
Polo/Região Judiciária:
Magistrado(a) corrigente: LUCIO BARRETO GUERREIRO

EDITAL DE CORREIÇÃO
Data da publicação: 09.02.2023
Data da abertura da correição: 15 de março de 2023
Data do encerramento da correição: 15 de março de 2023
Observações:

DADOS GERAIS DA SERVENTIA	
Nome oficial da serventia: ANTÔNIO JOSÉ DE VASCONCELOS PEREIRA	
Código Nacional da Serventia (CNS): 065771	CNPJ: 04.557.492/0001-71
Endereço: Avenida Visconde do Rio Branco, nº 10, Centro, Bragança-PA	
Telefone fixo: XXX	Celular: (91) 98866-1980 ;
e-mail: cejint050@tjpa.jus.br , cartorioap@yahoo.com.br	Celular Plantão (RCPN): Não se aplica.
ATRIBUIÇÕES	
(X) Tabelionato de Notas () Tabelionato de Protesto (X) Registro de Imóveis () Registro de Títulos e Documentos	() Registro Civil das Pessoas Naturais () Registro Civil das Pessoas Jurídicas () Registro de Distribuição

DADOS GERAIS DO(A) DELEGATÁRIO(A) E EVENTUAL EQUIPE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

IDENTIFICAÇÃO DO(A) DELEGATÁRIO(A)	
Nome do(a) Responsável pelo Cartório: Antônio José de Vasconcelos Pereira	
Status do(a) responsável: (X) Titular () Interino(a) () Interventor(a)	CPF: 045.442.502-34
Endereço: Praça Marechal Deodoro da Fonseca, nº 1203, bairro Centro, Bragança-PA	Ato de nomeação: Decreto Governamental de 04 de maio de 1984 Data da posse / exercício: mesmo dia
Telefones: (91) 98866-1980	E-mail: cejint050@tjpa.jus.br , cartorioap@yahoo.com.br
IDENTIFICAÇÃO DO(A) SUBSTITUTO(A) LEGAL	
() Não existe Substituto(a) Legal na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
Nome do(a) Substituto(a) Legal: Alessandra Campos Pereira	
CPF: 661.173.302-78	Portaria de designação: 21/2008, nomeação 11/06/2008
Endereço: R. Dr. Roberto, s/nº, bairro Alegre, Bragança-PA	Telefones: (91) 98866-1980 E-mail: cejint050@tjpa.jus.br , cartorioap@yahoo.com.br
1	A designação de substituto(a) legal observou os requisitos do art.24 do Código de Normas? (X) Regular, pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação. () Irregular. Motivo: Observações/Providências:
PREPOSTOS	
() Não existem prepostos na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
2	Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

3	<p>Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Horário de funcionamento comum das 07:00h as 12:00 e de 15:00h as 18:00h. (seg a sex)</p>
4	<p>Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral a Justiça? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Lindionora Rabelo Moreira e Monica Maria Rosário Caxias.</p>
CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO	
5	<p>As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispondo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção à saúde e segurança? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
6	<p>O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
7	<p>Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade? () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
8	<p>Os elementos de identificação de serviço delegado são bem apresentados, possuindo sinalização com placa fixa de identificação, em material resistente, com os seguintes dados: a) nome oficial do cartório e a natureza dos serviços; b) horário de funcionamento; c) número de telefone e, no caso de cartório de registro civil de pessoas naturais, número de contato telefônico fixo ou celular para plantão aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos. (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

9	<p>Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja a do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apresentado em Correição e digitalizado em PDF para anexação.</p>
10	<p>As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: em sala fechada com ar condicionado.</p>
11	<p>Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: A serventia possui inumeros degraus internos que dificultam o acesso de cadeirantes, que conseguem entrar apenas no salão principal, não tendo acessibilidade aos demais ambientes da serventia.</p>
12	<p>O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispondo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: não possui climatização no ambiente de atendimento.</p>
13	<p>As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
14	<p>Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Todos os computadores são notebooks.</p>
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E ATENDIMENTO	
15	<p>O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não houve reclamações por ocasião da correição</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

16	<p>Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no horário de expediente, atuando o substituto legal apenas em eventuais ausências ou impedimentos? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: o titular comparece pelo menos três vezes na semana, ficando a substituta mais diretamente.</p>
17	<p>A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sim, são oito horas com horário de almoço.</p>
18	<p>Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: existe distribuição de senhas de prioridade que são distribuídas de forma manual.</p>
19	<p>Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: de forma manual.</p>
20	<p>O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
21	<p>As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: no quadro de avisos do salão de recepção.</p>
22	<p>É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

23	<p>O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: os recibos são emitidos no sistema saindo impresso automaticamente.</p>
24	<p>São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94)? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Código de Normas e tabela com cada servidor. Mas recorrem mais aos sistemas informatizados para a busca de normativos</p>
25	<p>As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: É raro acontecer, e a ultima foi feita via oficio. Foi orietado a fazer via PJE.</p> <p>DETERMINAÇÃO: As suscitações de duvidas devem ser encaminhadas via PJE ao Juiz de Registros competente.</p>
26	<p>A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como a utilização do livro auxiliar (Prov. CNJ nº 45/2015) ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
27	<p>Existem práticas viciosas a serem coibidas? () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não chegou ao conhecimento da Corregedoria a existência de tais práticas.</p>
DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO	
28	<p>Foi apresentado comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias e demais encargos trabalhistas dos colaboradores da serventia, inclusive do substituto legal? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

29	<p>Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
30	<p>Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
31	<p>Adoção de sistemas de cópias de segurança, “backup” em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30 (trinta) dias? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Backup em nuvem em HD. O Hd sai durante o final de semana. Utilizam o sistema extradigital desde 01 de março de 2022.</p> <p><u>DETERMINAÇÃO: Apresentar plano de ação em 60 dias, para a digitalização do acervo, e inclusão das matrículas e indicador real e pessoal no SREI.</u></p>
32	<p>Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
33	<p>Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
34	<p>Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
35	<p>Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correições (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 1º, “a”)? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

36	<p>Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 1º, “b”)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentre aquelas autorizadas pelo art. 8 do Provimento 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 8º, “a” a “m”)? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: o Livro Diário Auxiliar é gerado pelo próprio sistema extrajudicial, escriturado de modo a permitir a identificação do ato.</p>
37	<p>Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 1º, “c”)? () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
38	<p>O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Verificado em Correição.</p>
39	<p>O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: A servidora Monica Caxias é responsável por estas comunicações digitais.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

40	<p>A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu ofício, conforme determinam os Provimentos n.ºs 74/2018 e 88/2019 (art.13) – ambos do CNJ? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A serventia passou a utilizar o sistema Extradigitl somente em março de 2022, e portanto, não possui o acervo anterior devidamente digitalizado. Faz-se necessário que o Sr. Tabeliao envie esforços, através de uma força tarefa para digitalizar o seu acervo retrotivo, inclusive diante da necessidade de aderir ao SREI da ONR.</p> <p>DETERMINAÇÃO: Apresentar plano de Ação em 60 (sessenta) dias para a digitalização e ntegração ao SREI. RECOMENDAÇÃO: Buscar parceria com empresas com expertise para realizar o serviço.</p>
41	<p>A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Valor R\$ 1,00, ressalvando que as cópias são apenas para a realização de serviços internos da serventia.</p>
DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS	
42	<p>A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo código de normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Utilizam o sistema Extradigitl.</p>
43	<p>Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

44	<p>Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital?</p> <p>(Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação, reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento).</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Ao final das escrituras mais recentes, existe a expressa referência ao selo utilizado e emolumentos pagos.</p>
45	<p>No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código do Código de Normas)?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
46	<p>Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados)</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
47	<p>Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A remessa ao TJ é feita imediatamente.</p>
48	<p>A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação)</p> <p>(<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: verificar com a Seplan</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

49	<p>A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ) () SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Todos devolvidos</p>
50	<p>Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação) (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Ainda não houve casos para procedimentos de retificação, mas apenas de cancelamento de selos.</p>
51	<p>A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar) (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sempre há estoque no sistema.</p>
52	<p>A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Até em reconhecimento é feito o cadastro.</p>
53	<p>Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total). (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
CERTIDÕES NEGATIVAS	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

54	<p>Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI?</p> <p>() SIM () NÃO (X) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
55	<p>Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: PDF anexo.</p>
56	<p>Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: PDF anexo</p>
57	<p>Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
58	<p>Apresentou cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS) , comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; e art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: PDF anexo</p>
59	<p>Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: PDF anexo</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

60	<p>Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: PDF anexo</p>
61	<p>Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
62	<p>Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia; (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Trasmissão feita de forma eletrônica com relatório anexado.</p>
PROVIMENTO Nº 88/2019 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA (APENAS TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS)	
63	<p>O notário ou registrador tem, dentre seus prepostos, um nomeado como oficial de cumprimento regularmente registrado no Justiça Aberta?" (CNJ, Provimento 88/2019, art. 8º, caput e § 4º) (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Monica Caxias - Escrevente</p>
64	<p>Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 15, caput) () SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Segundo informado, existe o cadastro mas o sistema não funciona, e nunca conseguem utilizá-lo.</p> <p>DETERMINAÇÃO: Proceder a regularização de seu acesso no prazo de 30 dias, a fim de garantir o pleno acesso.</p>
65	<p>O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 17) (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

66	<p>O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coaf e pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 41) () SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não estão tendo acesso ao sistema</p> <p>DETERMINAÇÃO: Proceder a regularização de seu acesso no prazo de 30 dias, a fim de garantir o pleno acesso.</p>
67	<p>O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 9º, caput) () SIM (X) NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
68	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 9º, § 1º do Prov. n. 88/2019, CNJ ? (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Possui Cadastro mas não de todos os dados</p>
69	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 9º, § 2º do Prov. n. 88/2019, CNJ? () SIM (X) NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
PROVIMENTO CNJ N° 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
70	<p>A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento n° 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Caso a serventia não apresente laudo técnico, devem ser preenchidos integralmente os itens abaixo:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

71	<p>Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe? () classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre) () classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre) (X) classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre) OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça</p> <p>Possui rede elétrica devidamente aterrada? (X) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos? (X) SIM () NÃO Observação: A maioria são notebooks e o servidor possui nobreak.</p> <p>Link de comunicação de dados megabits: * () 2 Megabits () 5 Megabits () 10 Megabits (X) Mais de 10 Megabits Observação:</p> <p>Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave? () SIM (X) NÃO Observação: <u>DETERMINAÇÃO: proceder a adequação ao provimento nº 74 do CNJ com o isolamento em sala dedicada ao servidor, devidamente arrefrigerada</u></p> <p>Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem? (X) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui dispositivo de armazenamento (storage): () inexistente (X) físico (X) virtual Observação:</p> <p>Possui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)? (X) SIM () NÃO Observação: Apenas dos atos a partir de março de 2022</p> <p>Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal? (X) SIM () NÃO Observação:</p>
-----------	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Possui impressoras e scanners (multifuncionais)?

(X) SIM () NÃO

Quantos? 03

Observação:

Possui switch para a conexão de equipamentos internos?

(X) SIM () NÃO

Observação:

Possui roteador para controlar conexões internas e externas?

(X) SIM () NÃO

Observação:

Possui softwares licenciados para uso comercial?

(X) SIM () NÃO. Especificar

Observação:

Possui software antivírus e antissequestro?

(X) SIM () NÃO

Observação:

Possui firewall?

(X) SIM () NÃO

Observação:

Possui proxy?

(X) SIM () NÃO

Observação:

Possui banco de dados?

(X) SIM () NÃO

Observação:

Quantos funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de e segurança ou de empresa contratada que preste o serviço de manutenção técnica com suporte?

Observação: 02

RECOMENDAÇÃO: adequar o numero de servidores de tecnologia para 03 (três) exigido pelo Provimento 74-CNJ

PROVIMENTO CNJ 134/2022 E CGJ N° 10/2021 - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS - LGPD



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

72	<p>A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro? (<input type="checkbox"/>) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
73	<p>A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade? (<input type="checkbox"/>) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
74	<p>A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (arts. 10 e 17 do Provimento CNJ 134/2022)? (<input type="checkbox"/>) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
75	<p>A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato? (<input type="checkbox"/>) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
76	<p>A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações? (X <input type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p> <p>DETERMINAÇÃO: PROCEDER EM 60 DIAS A ADEQUAÇÃO DA SERVENTIA AOS PRECEITOS DO PROVIMENTO 134/2022-CNJ e 10/2021-CGJ, com a apreensão do plano, podendo fazer por via de profissionais habilitados.</p>
PROVIMENTO CNJ 139/2023 – SERP (SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS)	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

77	<p>A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPJ e ONR ao ONSERP deve ocorrer em até 90 dias, contados de 03.02.2023)</p> <p>() SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
TÓPICO DE ENCERRAMENTO	
78	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Recomendações da correição anterior</p> <ol style="list-style-type: none">1 – Aquisição de programas de informatização da serventia – cumprido2 – Realização de curso de capacitação3 – Escrituras com mais de 30 dias sem assinatura sem o respectivo cancelamento – não cumprido4 – Livro Diário Auxiliar não esta sendo visado anualmente5- Livro de procurações com um termo em branco – cumprido6 - prestação de contas de selos7- digitalização dos atos e livros – não cumprido
79	<p>Outras observações:</p>

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS	
1	<p>Os títulos apresentados são protocolizados no momento de sua entrada na Serventia, consoante o disposto no art. 182 da Lei Federal 6.015/73, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 12 daquela Lei??</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: é imeditamentne gerado o <i>paper</i>, com a devida emissão do selo de prenotação.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2	<p>É fornecida à parte documento comprobatório do protocolo dos títulos contendo seu número de ordem? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: O mesmo <i>paper</i> referido no item anterior.</p>
3	<p>A escrituração do Livro nº 01 – Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no art. 184 da Lei Federal 6.015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: É encerrado automaticamente pelo sistema extradigital.</p>
4	<p>Na escrituração do Livro n. 01 – Protocolo - tem-se observado o disposto no art. 175 da Lei Federal 6.015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações: Sim, o sistema já é parametrizado nos termos da lei de Registros.</p>
5	<p>São canceladas as prenotações, decorridos 20 (vinte) dias do seu lançamento no Protocolo, dos títulos não registrados por omissão do interessado em atender às exigências legais, consoante o disposto no art. 205 da Lei Federal 6.015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
6	<p>Na escrituração do Livro n. 02 – Registro Geral - tem-se observado o disposto no art. 176 da Lei Federal n. 6.015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
7	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do “Livro nº 4 – Indicador Real” (art. 173, inciso IV, e art. 179 da Lei Federal 6.015/73) e do “Livro nº 5 – Indicador Pessoal” (art. 173, inciso V, e art. 180 da Lei Federal 6.015/73), os quais poderão ser substituídos pelo sistema de fichas? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: Os indicadores Pessoal e Real estão atualmente, a partir de março de 2022 todos no sistema Extradigital. Anteriormente a isso, o Indicador pessoal está em um sistema de buscas próprio da serventia em um arquivo word. Já o indicador real encontra-se apenas em Livros DETERMINAÇÃO: alimentar o SREI com os indicadores Pessoal e Real, prazo de 120 (cento e vinte dias)</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8	Os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
9	Para os atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), é concedida a redução de 50% (cinquenta por cento) prevista no art. 290 da Lei Federal 6.015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: o desconto é procedido, chegando o aviso da Caixa Econômica ou do Banco Financiador.
10	São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos loteamentos, consoante o disposto no art. 18 da Lei Federal 6.766/79 e incorporações imobiliárias, cf art. 32 da Lei 4591/64? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
11	Em relação à pergunta anterior, não caso de não serem regularmente apresentados os documentos exigidos, o oficial fez o registro, ou suscitou dúvida na forma devida? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: Neste caso é feita a Nota Devolutiva, feita por servidora da serventia, e aguarda-se a providência da parte interessada.
12	Para individualização e discriminação das unidades imobiliárias, é observado o disposto no art. 44 Lei 4.591/64? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
13	É encaminhada à Secretaria da Receita Federal a “Declaração sobre Operações Imobiliárias – DOI”, consoante o disposto no art. 15 do Decreto-Lei nº 1.510/76 c/c Instrução Normativa SRF nº 1.112/2010? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
14	A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos de sua competência? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: Mediante certidão da Prefeitura ou Estado conforme o caso apresentado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

15	<p>Definida nova circunscrição geográfica do imóvel matriculado, o oficial da nova circunscrição encaminha, por meio de ofício, no prazo de 05 (cinco) dias, certidão da abertura da matrícula ao oficial da circunscrição anterior, a fim de que este proceda à respectiva averbação, acompanhado dos emolumentos e taxas devidos, cobrados do interessado na abertura da nova matrícula? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: comunicação via certidão e ofício. Muito comum acontecer com a Comarca de Augusto Correa que desmembrou de Bragança.</p>
16	<p>Na hipótese acima, o ofício e a respectiva certidão são arquivados em ambos os serviços registraes, sendo que o receptor arquiva os originais e o expedidor uma cópia? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
17	<p>São observadas as disposições dos arts. 1.283 do CN referentes às aquisições de imóveis rurais por estrangeiros? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
18	<p>As relações positivas das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras são remetidas à Corregedoria dentro do prazo estipulado pela Lei nº 5.790/1971? Elas têm sido atualizadas no CNIB? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: Não possuem aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras.</p>
19	<p>A abertura de matrícula e registro de terra indígena com demarcação homologada e averbação da existência de demarcação de área indígena homologada e registrada em matrículas de domínio privado incidentes em seus limites tem observado as disposições do Provimento 70/2018-CNJ? () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências: Não há ocorrências de terra indígena.</p>
20	<p>São atendidas as determinações do Provimento nº 47/2015 (CNJ) relativas ao Sistema de Registro Eletrônico de imóveis - SREI (, quanto as digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e carga das informações? () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências: Providenciar Plano de Ação em para a inclusão dos atos no SREI.</p>
21	<p>As notas de exigências são apresentadas de forma clara, de uma única vez, com a indicação expressa da regra legal ou administrativa, ou princípio jurídico que o fundamente, conforme exigido pelo Provimento 07/2022-CGJ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

22	O procedimento de suscitação de dúvida obedece as determinações do art. 198 da Lei 6015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
23	São adotadas todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento do art. 231, § 6º, da CF/88; art. 246, §§ 3º e 4º, e art. 250, IV, da Lei n.º 6.015/73, para que sejam declarados nulos e ineficazes os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio ou a posse de terras indígenas? (Meta 17 do CNJ) () SIM () NÃO Observações/Providências: Não há ocorrências de terra indígena.
24	O oficial apura e recolhe a cota de participação do FIC/SREI, efetuando o pagamento até o último dia de cada mês?(Provimento CNJ nº 115/2021) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: Recolhimento comprovado mediante apresentação do comprovante – Gerado PDF
25	A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ e consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício? (CNJ, Prov. n. 39/2014) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: inclusive com a indicação do código hash na escritura.
26	O Cartório verifica diariamente a Central de Indisponibilidade de bens (CNIB)? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Consignar data do último acesso: 07 / 03/ 2023 Observações/Providências:
27	A serventia extrajudicial cumpre o art. 8º do Provimento 39 do CNJ e verifica, pelo menos na abertura e uma hora antes do encerramento do expediente, se existe comunicação de indisponibilidade de bens para impressão ou importação (XML) para seu arquivo, visando o respectivo procedimento registral? (CNJ, Prov. n. 39/2014) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
28	O cartório mantém livro auxiliar atualizado para o cumprimento do disposto no artigo 10 da Lei nº 5.790/1971? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: não possui imóvel adquirido por estrangeiro.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

29	<p>O Oficial tem procedido às averbações de bloqueio e cancelamento determinadas pelos Provimentos nº 13/2006-CJCI e 02/2010-CJCI, bem como intimado o interessado para formalizar a requalificação de que trata o Provimento Conjunto nº 004/2021-CRMB/CJCI? (X) SIM () NÃO Observação: possui apenas duas matrículas canceladas e devidamente alimentadas no sistema da Corregedoria Geral de Justiça</p>
30	<p>O Oficial mantém registro em banco de dados próprio e no SIAE (instrução 02/2021-CGJ) das averbações de bloqueio, desbloqueio, cancelamento e requalificação efetuadas? (pedir para ver os controles) (X) SIM () NÃO Observação:</p>
31	<p>O oficial está cumprindo as disposições do Provimento 08/2021-CGJ, que alterou a redação do art. 5º do Provimento Conjunto 08/2013-CJCI/CRMB e mantendo banco atualizado relacionando as matrículas abertas bloqueadas, desbloqueadas, canceladas e requalificadas com base nas disposições do referido ato normativo? (X) SIM () NÃO Observação: Não houve casos.</p>
32	<p>Estão sendo praticados os respectivos atos eventualmente existentes na CNIB (ordens e cancelamentos), dentro do prazo disposto em lei? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
33	<p>O Cartório acessa diariamente a Central de Registradores de Imóveis, no portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR), verificando todas as solicitações existentes: Pedidos de certidões, E-protocolo, pesquisa de bens, penhora online, intimações e ofícios? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Atualmente estão chegando poucas requisições.</p>
34	<p>As solicitações recebidas pelo portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR) são atendidas/prenotadas no mesmo dia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Quando as certidões estão no sistema a certidão esta sendo emitida no mesmo dia. Quando não está no sistema, a certidão será oferecida em até cinco dias.</p>
35	<p>O Cartório está em dia quanto ao transporte das imagens das matrículas (Exportador de Imagens) para a ONR com seus atos devidamente atualizados? (Artigos 552 do Código de Normas Extrajudicial). (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

36	<p>É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Buscam o dado atualizado nos órgãos fundiários.</p>
37	<p>É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
38	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório de correção anterior? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: VERIFICAR</p>
	<p>Providências a serem adotadas: A matrícula 16370, livro 2BM, folha 1, datada de 12.01,2022, é um desmembramento da matrícula 14871, livro 2BD onde foi registrado um loteamento. No livro 2BD, na matrícula mãe, não consta averbação da matrícula filha. Nela, consta a averbação de varios lotes, mas não deste. Ainda, na matrícula 14871, consta a AV12 e AV14 (ja no sistema de fichas), mas nao consta a AV-13 que, de todo modo, nao equivaleria a matrícula 16370.</p>

VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS LIVROS DA SERVENTIA

Livro	Matéria	Há folhas em branco?	Há rasuras, entrelinhas ou uso de corretivo líquido?	As folhas estão sequencialmente numeradas e devidamente rubricadas?
Nº 1	Protocolo No sistema	[] sim	[] sim	[] sim
		[] não	[] não	[] não
Nº 2	Registro Geral Sistema de fichas	[] sim	[] sim	[x] sim
		[x] não	[x] não	[] não
Nº 3	Registro Auxiliar Fichas	[] sim	[] sim	[x] sim
		[x] não	[x] não	[] não
Nº 4	Indicador Real	[] sim	[] sim	[] sim
		[] não	[] não	[] não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Nº 5	Indicador Pessoal	[] sim [] não	[] sim [] não	[] sim [] não
Observações/Providências: Falta encerrar livro 3G Livros 2 e 3 escriturados em sistema de fichas a partir de março de 2022. No livro 3, inicialmente os registros foram feitos em forma de certidão, nos registros mais recentes isso foi corrigido Indicador pessoal e real estão no sistema a partir de março de 2022 Uma funcionária elaborou uma lista, no word, com a relação contendo nome do vendedor, comprador, e imóvel contendo matrícula, livro e folha.				

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – TABELIONATO DE NOTAS

TABELIONATO DE NOTAS	
1	A Serventia possui todos os livros próprios das atribuições de Tabelionato de Notas, conforme legislação em vigor? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
2	Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei Federal 7.433/85 e Decreto 93.240/86? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
3	Mantém fichário de cartões de autógrafo? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
4	No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido mencionada a sua espécie (autenticidade ou semelhança), bem como o nome do signatário por extenso e de modo legível, inclusive quando houver mais de uma assinatura? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
5	É observada a vedação do reconhecimento de firma em documentos sem data, pós-datado, incompleto ou que contenha espaços em branco? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

6	<p>Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da data da lavratura, a escritura não assinada pelas partes faltantes é tornada sem efeito? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: foi localizada, no livro 167, folha 005, escritura sem assinatura datada de 03.03.2022</p>
7	<p>O tabelião, substituto ou escrevente, bem como as demais pessoas que comparecem aos atos, rubricam todas as folhas utilizadas? As rubricas são colhidas na margem que não é destinada à encadernação? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: não localizei rubrica do escrevente nos atos juntados no livro 167 - escritura.</p>
8	<p>Nos livros de folhas soltas, logo que concluídos, são lavrados os termos de encerramento, com posterior encadernação (art. 87, § 2º do Código de Normas)? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
9	<p>A Serventia já está integrada no Sistema de Atos Notarias Eletrônicos – e-Notariado, nos termos pelo Provimento 100/20-CNJ? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: a utilização do sistema ainda nao é ampla.</p>
10	<p>A Serventia já institui a matrícula notarial eletrônica, nos termos do art. 12 do Provimento 100/20-CNJ? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: foi identificado um ato lavrado no e-notariado, escritura de folha 11, livro 168. Mas a matrícula não constou no ato impresso para juntar ao livro.</p>
11	<p>Remete ao CENSEC, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês subsequente ao da lavratura, relação dos inventários, partilhas, separações, divórcios, testamentos e suas revogações realizadas no mês anterior e demais determinações dos Provimentos nº 18/2012 e nº 56/2016 do CNJ? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: relataram estar fazendo os atuais. Apresentar plano de ação.</p>
12	<p>Preenche, obrigatoriamente, antes da assinatura do ato, ficha padrão ou cartão de autógrafo das partes que pratiquem atos translativos de direitos, de outorga de poderes, de testamento ou de relevância jurídica? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

13	O Livro de Registro de Assinaturas para Reconhecimento de Firma Autêntica ou Verdadeira contém todos os elementos constantes do art. 686 do CN? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
14	O tabelião informa ao Colégio Notarial do Brasil, em até 15 dias, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN)? (CNJ, Prov. n. 100) () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
15	Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no artigo 20, § 4º, a Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1.864 e seguintes do Código Civil, (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: : ultimo lavrado data de 2017. Ja foram alimentados no sistema.
16	O tabelião consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para os fins de identificação do beneficiário final da operação? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 31, § 3º) () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
17	Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a alimentação sobre escrituras e procurações públicas lavradas ou informação negativa da prática destes atos? (CNJ, Prov. 18/2012 e alterações) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: Pela grande demanda, sendo informados gradativamente.
18	Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a carga das informações dos atos notariais já lavrados, realizada regressivamente? (CNJ, Prov. 18/2012 e alterações) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: Pela grande demanda, sendo informados gradativamente. Na data da correição, estavam sendo enviados dados de maio de 2019.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

19	<p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ, efetuando consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
20	<p>Nos últimos três meses a Serventia formalizou alguma Escritura Pública de área rural a pessoa física ou jurídica estrangeira, assim considerada nos termos da legislação em vigor? Nelas, tem sido observadas as exigências do art. 9º e seu parágrafo único da Lei Federal n. 5.709/71, bem como o Decreto 74.965/74? () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:</p>
21	<p>É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
22	<p>É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
23	<p>Em caso de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo está sendo mencionado na escritura o dispositivo constitucional ou legal que autoriza ou, se for o caso, referida a certidão expedida pela autoridade fiscal competente sobre o fato, conforme determina o art. 5º do Provimento n. 008/2002 - CGJ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
24	<p>A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos lavrados? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
25	<p>Qual o último acesso realizado à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB? (CNJ, Prov. n. 39/2014) 07/03/2023 Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS LIVROS DA SERVENTIA			
Matéria	Há folhas em branco?	Há rasuras, entrelinhas ou uso de corretivo líquido?	As folhas estão sequencialmente numeradas e devidamente rubricadas?
Escrituras	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Atas Notariais	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Procurações	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Livro de Registro de Assinatura de Reconhecimento de Firma Autêntica	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Índice	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> inaplicável	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> inaplicável	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> inaplicável
<p>Observações/Providências: Observações/Providências:</p> <p>Livro de Escrituras 167 – verso das folhas em branco. Folha 3-v em branco. Escritura de folha 5 sem assinatura datada de 03.03.2022. idem folha 20 e idem folha 21 idem fl 69 Livro 164 nao está rubricado Antes do sistema (2022) nao tem valor dos emolumentos lançados</p> <p>Procuração – até 28.02.2022 os atos eram manuais livro 165.</p> <p>Livro aberto em uso: 168. Nao encadernado até o momento, ainda nao numerado. Folha 1, procuração não ha testemunha a rogo. Fazer determinação.</p> <p>Reconhecimento de assinatura - Existem três metodologias de reconhecimento que foram se sucedendo. Atualmente é feito por sistema, desde março de 2022. Nos anteriores, nao localizei cópia dos documentos.</p>			

Observações/Providências:

A serventia do 1º ofício de Bragança, com competência para Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis tem como titular o Sr. Antônio José de Vasconcelos Pereira, nomeado por decreto governamental de 04.05.1984, estando à frente da delegação desde



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

então. A administração cotidiana da serventia fica a cargo da oficiala substituta, Alessandra Campos Pereira.

A serventia funciona em prédio próprio e amplo. Ainda que os ambientes do prédio sejam bastante compartimentados, ele comporta os serviços prestados. Não obstante, o local possui diversos degraus internos que dificultam o acesso de cadeirantes, cujo atendimento se dá apenas no salão principal. Ainda, o prédio não possui refrigeração no ambiente de atendimento dos usuários.

A serventia possui muitos livros antigos, de valor histórico, mas que são corretamente manuseados por uma colaboradora com formação específica para isso, em ambiente climatizado e limpo.

Verificou-se que a serventia demorou muito a adotar as rotinas de informatização e digitalização do acervo e está em atraso tanto em relação à digitalização dos livros e atos, quanto no compartilhamento de informações nos sistemas de sua competência, o que já havia sido verificado na correição realizada em 2019.

Isso porque a serventia não utiliza, ou utiliza pouco, os sistemas, tecnologias e ferramentas de sua competência, instituídos para unificar os serviços, conferir segurança, e publicidade, como o Censec (Provimento 18/CNJ), e-notariado (Provimento 100/CNJ), CNIB (Provimento 39/CNJ) e Cadastro Único de Clientes do Notariado – CCN (Provimento 88/CNJ), dentre outros.

Identificou-se que, apenas com a obrigatoriedade de utilização do selo digital, imposta pelo Tribunal de Justiça, houve a contratação de software especializado, o Extradigital, o que ocorreu em março de 2022 e, apenas a partir de então, os atos passaram a ser lavrados em algum tipo de plataforma digital. Até então, os livros eram escriturados mecanicamente, enquanto que os controles de registro de imóveis são frágeis: o indicador real existe apenas nos livros e o indicador pessoal encontra-se num documento em word, alimentado por uma colaboradora

Em razão disso, ainda é pequena a quantidade de atos que se encontram no sistema, sendo urgente a necessidade de se elaborar um plano de ação para digitalização de todo o acervo.

É, ainda, premente a necessidade de adequação da serventia em todos os aspectos relativos à adequação tecnológica sobre a qual já existe exaustiva regulamentação pelo Provimento 74. Além das previsões do ato normativo, a serventia deve se adequar aos Provimentos 88 e 134, do CNJ, que regulamentam controle de prevenção de crimes de lavagem de dinheiro e de gestão de informações e controle.

Feita essa exposição, faz-se as recomendações à serventia, a seguir discriminadas de acordo com os relatórios de onde foram extraídas e com a delimitação de prazo para



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

cada uma.

Em relação ao relatório geral, comum a todas as atribuições:

- 1 - A serventia deve, com urgência, adotar e utilizar regularmente os sistemas o Censec (Provimento 18/CNJ), e-notariado (Provimento 100/CNJ), CNIB (Provimento 39/CNJ), Cadastro Único de Clientes do Notariado – CCN (Provimento 100/CNJ), Programa Gerador e Validador do Código Nacional de Matrículas (Provimento 143/CNJ)
- 2 - Item 25 - encaminhar suscitação de dúvidas ao juiz de Registros Públicos por PJE. Prazo para cumprimento: imediato
- 3 - Itens 31 e 40 - Apresentar plano de ação para a digitalização do acervo, e inclusão das matrículas e dos indicadores real e pessoal no SREI. Prazo: 60 dias para apresentar o plano de ação e 180 dias para finalizar a diligência.
- 4 - Item 37 - O livro de depósito prévio deve ser aberto e alimentado nos termos do Provimento 45 sempre que houver entrega de valor e o serviço não for imediatamente prestado. Prazo para cumprimento: imediato
- 5 - Itens 64 e 66- cumprir disposições do Provimento 88. Prazo para cumprimento: imediato
- 6 - Item 68 – manter o cadastro previsto no Provimento 88. Prazo para cumprimento: imediato
- 7 - Item 71 – criar ambiente destinado a isolar o servidor de informática na serventia. Prazo: 30 dias.
- 8 - adequar o número de servidores de tecnologia para 03 (três) exigido pelo Provimento 74-CNJ. Prazo: 30 dias.
- 9 - Itens 72 e seguintes – Apresentar plano de adequação a LGPD (Provimento 134). Prazo: 30 dias.
- 10 - Item 77 – Integração ao Serp tão logo esteja em efetivo funcionamento

Em relação ao relatório 2, referente ao serviço de Registro de Imóveis:

- 1 - Item 7 – Alimentar os indicadores pessoal e real no sistema extradigital para que, por conseguinte, as informações estejam alimentadas no SREI. Prazo: 30 dias para apresentação de plano de ação para alimentação dos dados no sistema, com prazo de 120 dias para conclusão
- 2 - Item 20 – Inclusão de todos os atos no SREI. Prazo: 30 dias para apresentação de plano de ação para alimentação dos dados no sistema, com prazo de 120 dias para conclusão

Livros:

- 1 - A matrícula 16370, livro 2BM, folha 1, datada de 12.01,2022, é um desmembramento da matrícula 14871, livro 2BD onde foi registrado um loteamento. No livro 2BD, na matrícula mãe, não consta averbação da matrícula filha. Nela, consta a averbação de vários lotes, mas não deste. Ainda, na matrícula 14871, consta a AV12 e AV14 (ja no sistema de fichas), mas não consta a AV-13 que, de todo modo, não equivaleria a matrícula 16370. Providência: retificar o registro. Concedo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

prazo de 10 dias.

2 - Proceder o Termo de encerramento do livro 3G: Prazo: 10 dias

Em relação ao relatório 3, referente a Tabelionato de Notas:

- 1 - Item 6 – decorrido 30 dias, a escritura sem assinatura das partes deve ser cancelada.
- 2- Na correição, foi identificada escritura sem assinatura no livro 167, folha 005, escritura sem assinatura das partes e do escrevente datada de 03.03.2022. Prazo para cumprimento: imediato;
- 3 - Itens 9, 10, 11, 14 – os sistemas informatizados de gestão cartorária e de lavratura de atos devem ser amplamente utilizados. Prazo para cumprimento: imediato;
- 4 - Itens 11, 17 – apresentar plano de ação de alimentação dos atos notariais ao CENSEC.

Prazo para apresentação: 30 dias, com prazo de 180 dias para finalização.

Livros:

- 1 - A serventia deve adotar livro ou outra maneira de registro e controle de presença daqueles que forem ter suas assinaturas reconhecidas por autenticidade.
- 2 - O valor dos emolumentos pagos deve constar dos atos lavrados.
- 3 - As testemunhas a rogo devem ser rigorosamente qualificadas.
- 4 - Arquivar, também de forma rigorosa, os documentos das partes cujas assinaturas deverão ser reconhecidas.

Prazo para cumprimento: imediato

Além disso, no prazo de 15 dias, deve juntar aos autos de Correição:

- 1- Quadro Funcional da Serventia;
- 2 – Portarias de designação da oficial substituta;
- 3- Declaração Negativa Municipal;
- 4- Certidão Negativa de Natureza Tributária Estadual;
- 5 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 6 - Certificado de Regularidade do FGTS;
- 7- Certidão Negativa de Débitos Federais.

Belém, data registrada em sistema

LUCIO BARRETO Assinado de forma digital por
LUCIO BARRETO GUERREIRO:8176
GUERREIRO:8176 Dados: 2023.09.18 10:39:01 -03'00'

Lucio Barreto Guerreiro

Juiz Corregedor

PAOLA WATRIN PIMENTA Assinado de forma digital por PAOLA WATRIN
PIMENTA MENESCAL:65820908287
MENESCAL:65820908287 Dados: 2023.09.20 15:29:28 -03'00'

Paola Watrin Pimenta Menescal

Analista judiciário